# Entrelinhas





Ano XXII | nº 91 | Setembro a dezembro de 2022

# A Psicologia e o modelo social da deficiência



uscando representar o retrato social marcado pela diversidade, as eleições do Sistema Conselhos de Psicologia, realizadas em agosto de 2022, elegeram chapas compostas por representantes dos povos tradicionais, das pessoas negras, com deficiência, LGBTQIA+. Essa diversidade está presente na atual gestão do CRPRS, a Frente em Defesa da Psicologia RS, que é apresentada nesta edição da revista EntreLinhas.

Na reportagem especial, falamos sobre a inserção da profissão no debate sobre o modelo social da deficiência. Atitudes capacitistas – ações preconceituosas que discriminam e subestimam a capacidade das pessoas com deficiências – barreiras para acessar políticas públicas e violações de direito ainda são questões presentes no cotidiano das pessoas com deficiência. Considerando o impacto disso nas subjetividades e o compromisso ético e político da Psicologia no enfrentamento à patologização e no combate a diferentes formas de preconceito e discriminação, a profissão é convocada a estar no centro desse debate.

Na seção de Orientação, o destaque é para a Resolução CFP nº 013/2022, que estabelece diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicólogas. No documento, são estabelecidos os princípios e deveres da psicóloga psicoterapeuta, as medidas para o sigilo profissional e o serviço psicoterapêutico ofertado à criança e ao adolescente, bem como os critérios para a utilização da abordagem psicoterapêutica e para organização do espaço.

E considerando esse contexto da psicoterapia, de que forma as "agressões racistas sutis", e muitas vezes inconscientes, que recaem sobre as pessoas negras nas interações cotidianas aparecem nas relações psicoterapêuticas? Essa reflexão é proposta na seção Psicologia e Pesquisa.

A Gestão Frente em Defesa da Psicologia inicia 2023 com a esperança de dias melhores, reafirmando o compromisso da profissão com a promoção dos Direitos Humanos e a defesa da democracia e do Estado laico.

Ao longo dos próximos anos, em todas as nossas ações, convidaremos a categoria a refletir sobre as intersecções de raça e etnia que transversalizam as diferentes frentes trabalhadas pela Psicologia, em respeito à diversidade das subjetividades e das relações humanas.

Boa leitura!

#### Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Eliana Sardi Bortolon, Jean Von Hohendorff, Luís Henrique da Silva Souza e Marina Medeiros Pombo

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTb 11602

Estagiária de jornalismo: Giulia Victória

Projeto Gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

**Ilustrações:** Jean Magnus – Olharte

Impressão: Alfa Print

**Tiragem:** 3200 exemplares Distribuição gratuita crprs.org.br

witter.com/crprs

facebook.com/conselhopsicologiars

youtube.com/crprs

© @conselhopsicologiars

Comentários e sugestões: imprensa@crprs.org.br

#### Sumário

Relato de experiência	4	
Acessibilidade e equidade no SUS:		
reflexões a partir da experiência de uma	9	M. C.
psicóloga com deficiência		3/ 1/2
Fique atenta	6	
Reportagem especial	7	40
A Psicologia e o modelo social da deficiên	cia	
Reflexões	12	<b>9</b>
Rol da ANS e a Psicologia: o que está		
em jogo?		
Perspectiva	14	9.9
Nova gestão do CRPRS é marcada pela		
diversidade		
Psicologia e pesquisa	17	
(In)Consciência Negra na Psicoterapia:		
precisamos falar sobre microagressões		
raciais		
Dicas culturais	20	
Orientação técnica	22	
Exercício da psicoterapia por psicólogas	5	
tem nova Resolução		- 200 S
CREPOP	24	y,
Você conhece o CREPOP?		
Agenda da Psicologia	25	
Observatório de Direitos Humanos	26	
Com você ando melhor: Psicologia e		
mulheres no enfrentamento à violência		
Transparência	27	* . L

# Acessibilidade e equidade no SUS: reflexões a partir da experiência de uma psicóloga com deficiência

trabalho no SUS passa pela escuta da pessoa, suas experiências e contexto. Dentro do meu fazer profissional enquanto psicóloga residente em um hospital materno-infantil, trago uma condição de vida que influencia minha prática como psicóloga: ser identificada como uma pessoa com deficiência (PCD), no caso, física. Embora a vivência como PCD não seja sinônimo de adoecimento, comumente coloca a pessoa em situações de vulnerabilidade - não pela deficiência em si, mas pela forma que nos relacionamos socialmente com as diferenças e as necessidades decorrentes de uma deficiência. A experiência de ser uma pessoa com deficiência física e ter que lidar com muitas situações e locais com um desenho universal deficitário tornou a minha escuta psicológica sensível às questões de acessibilidade e vulnerabilidade no contexto de vida das pessoas que acompanhei no SUS.

#### Participe!

Quer compartilhar sua experiência como psicóloga?

Envie um relato para

imprensa@crprs.org.br

Há diferentes formas de experienciar situações de vulnerabilidade, uma que presenciei com certa frequência foi a de mulheres que recebiam alta após o parto enquanto o recém-nascido seguia hospitalizado em uma UTI neonatal. Além da fragilidade emocional relacionada a essa situação, as mulheres costumavam realizar um deslocamento diário entre a casa e o hospital para acompanhar a hospitalização do bebê. Muitas vezes, o deslocamento e presença no hospital era acompanhado por dores pós-cirúrgica da cesária, dificuldade em caminhar e subir escadas, pouca possibilidade de repouso, longos tempos de espera.

A maior parte das/os usuárias/os do SUS depende do transporte público e, por vezes, encontram dificuldades para custear seu uso do transporte coletivo para deslocamento diário. Tal situação se agrava se a instituição de saúde não consegue garantir um auxílio de transporte, como passagem de ônibus. Agrava, ainda, se a organização arquitetônica do hospital exige um deslocamento a pé entre muitos andares para a mulher acessar os serviços que necessita. Dificuldades como essa ficam facilmente visíveis quando a pessoa as explicita ou quando as dificuldade impedem que a pessoa compareça ao serviço ou frustre expectativas da equipe de saúde. Contudo, há situações nas quais a pessoa não explicita suas próprias necessidades ou agravos de saúde para ser incluída nas necessidades de cuidado.

Existe uma narrativa de superação, comumente atribuída às pessoas com deficiência, que também é utilizada no contexto do adoecimento: "venceu o câncer", "superou essa etapa", venceu a internação", "é uma(um) guerreira(o)". É importante reconhecer que existe, de fato, muito esforço pessoal em cada uma destas situações, seja adulto, criança ou mesmo um recém-nascido prematuro em uma UTI neonatal. Entretanto, muitas vezes, tal narrativa invisibiliza a necessidade de apoio e suporte que a pessoa



necessita para "superar" as adversidades e pode, também, produzir um silenciamento do sofrimento das pessoas em situações de vulnerabilidade e adoecimento a ponto de não conseguir expressá-lo. Tal silenciamento pode ter como consequência o não acesso ao suporte que necessita.

Sensibilizar a escuta psicológica sobre questões de acessibilidade auxilia no cuidado de PCDs e também no cuidado de pessoas que estejam em situação de maior vulnerabilidade. No Censo de 2010, cerca de 24% da população declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das seguintes habilidades: enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou declarou ter deficiência intelectual. Desse quase um quarto da população brasileira, grande parte não era identificada como PCD. Ter uma escuta sensível a estas questões possibilita a produção de um cuidado mais integral às pessoas que atendemos, podendo compor com outros profissionais as adaptações necessárias (um receituário de medicação com tamanho de letra maior, identificar as adaptações arquitetônicas e de processo de trabalho que o serviço de saúde precisa realizar para promover

a acessibilidade necessária, etc.). Tais adaptações institucionais para garantir acessibilidade, no fim, beneficiam a todos - usuárias(os) e trabalhadoras(es). A Psicologia, com o uso de uma escuta qualificada, pode desempenhar um papel de destaque nesse processo de reconhecer as condições concretas de existência das pessoas, os determinantes sociais e condições de acesso aos serviços e circulação pela cidade, bem como, as necessidades de adaptação das práticas de cuidado a fim de garantir a equidade necessária para o cuidado integral da pessoa.

#### Referência:

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/ biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794

#### Ana Carolina Brondani

Psicóloga (CRP 07/26426) residência não concluída no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Criança: violência e vulnerabilidade pela UFRGS/HMIPV; mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS; psicóloga servidora da UFRGS atuando na área de saúde do trabalhador.

### Uso da **linguagem inclusiva**

Considerando a necessidade de garantir uma linguagem inclusiva e que a maioria da categoria é formada por profissionais que se identificam com o gênero feminino, o CRPRS optou pelo uso do feminino como genérico nesta edição da revista EntreLinhas. Desta forma, sempre que aparecem palavras como "psicólogas", "inscritas", entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

Essa iniciativa deu início a um debate ainda mais amplo no CRPRS, pois ao adotar o "a" a linguagem torna-se inclusiva, mas segue ainda uma lógica binária (masculino e feminino). Assim, visando à adoção de uma linguagem neutra em todas as suas formas de comunicação, o CRPRS criou um Grupo de Trabalho específico para tratar deste tema. O GT tem o objetivo de defender a importância e o uso da linguagem neutra e deverá fomentar outras ações que promovam essa reflexão entre categoria e funcionárias.

### Anuidade 2023

Todas psicólogas com registro ativo no CRPRS e com o cadastro atualizado receberam, exclusivamente por e-mail, o boleto para pagamento da Anuidade 2023. Como a anuidade não será enviada de forma impressa, pelos Correios, é importante estar com os dados de cadastro atualizados e verificar na caixa de spam do e-mail.

Pagamentos realizados até 31/01/2023 terão 15% de desconto.

Dúvidas? Entre em contato com o CRPRS pelo e-mail **fiqueemdia@crprs.org.br** ou pelo telefone **(51) 3334.6799**, de segunda a sexta-feira das 9h às 17h.

### Título de Especialista

Já está em vigência a Resolução CFP nº 23/2022, que institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas.

A partir de agora, para obter o Registro de Especialista a psicóloga, deverá comprovar a prática profissional na especialidade, apresentar certificado de conclusão do curso de especialização oferecido pela Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) ou aprovação no concurso de especialista promovido pelo Conselho Federal de Psicologia e possuir no mínimo dois anos de inscrição junto a um Conselho Regional de Psic=Outra mudança é a extensão das modalidades laborais para comprovar o exercício profissional: empregadas, estatutárias, supervisoras de estágio e constituintes de pessoa jurídica.

Para mais informações acesse crprs.org.br/especialista.

# A Psicologia e o modelo social da deficiência



titudes capacitistas – ações preconceituosas que discriminam e subestimam a capacidade das pessoas com deficiências – barreiras para acessar políticas públicas e violações de direito ainda são questões presentes no cotidiano das pessoas com deficiência. Considerando o impacto disso nas subjetividades e o compromisso ético e político da Psicologia no enfrentamento à patologização e no combate a diferentes formas de preconceito e discriminação, a profissão é convocada a estar no centro desse debate.

Para garantir uma participação mais ativa nas políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência,

a Psicologia precisa lutar pela efetivação do modelo social. Esse conceito entende a deficiência como uma questão da vida em sociedade e não um problema individual, transferindo a responsabilidade pelas desvantagens das limitações do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar a essa diversidade. Ou seja, o ambiente deve ser adaptado às necessidades e condições dessas pessoas e não o contrário, como defendido pelo modelo médico de deficiência. Não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação, nos serviços e nas atitudes.

Os primeiros movimentos mundiais para a construção do modelo social de deficiência surgiram nos anos de 1970. Porém, foi somente com a publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Organização das Nações Unidas (ONU), promulgada no Brasil em 2009, e com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146), publicada em 2015, é que esse conceito começou a ser difundido no país. Apesar desses importantes marcos legais, observamos que ainda há um longo caminho a percorrer na direção de garantir os direitos das pessoas com deficiência. Outro aspecto importante relacionado a essa compreensão é a inclusão das pessoas com deficiência nas discussões dessas políticas e no enfrentamento das visões corponormativas e capacitistas, seguindo o conceito de "nada sobre nós sem nós".

"No Brasil ainda estamos engatinhando para efetivar o modelo social da deficiência. Ainda há uma predominância do modelo médico e uma resistência muito grande para avançarmos na efetivação do modelo social, principalmente nas políticas públicas", avalia o psicólogo e conselheiro do CRPRS, Rafael Antônio Carneiro (CRP 07/29069).

Para Rafael, a Lei Brasileira de Inclusão representou um importante avanço nesse processo, porém ainda está baseada no laudo médico e não em uma avaliação biopsicossocial. "A avaliação biopsicossocial ainda não foi regulamentada da forma como deve ser. Com isso, a Psicologia acaba não se inserindo de uma forma mais significativa nessa luta. Temos que avançar muito nas discussões para que o modelo médico deixe de ser predominante e que essas avaliações possam ser feitas por equipes multiprofissionais", explica.



A psicóloga Vitória Bernardes (CRP 07/17267), mulher com deficiência, militante dos direitos humanos e conselheira do Conselho Nacional da Saúde e do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do RS, lembra do protagonismo da médica Izabel Maior, primeira pessoa com deficiência a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2002 a 2011, época em que a Convenção foi promulgada no Brasil. "Foi muito importante uma mulher com deficiência



ocupar esse lugar de gestão para falar e pensar as políticas da pessoa com deficiência. A Convenção e a Lei da Inclusão reforçam o conceito de deficiência também na perspectiva do modelo social e trazem avanços como a necessidade de uma avaliação psicossocial, diminuindo o peso do modelo biomédico que restringe e individualiza uma questão social, que tira completamente a responsabilidade das estruturas sobre o capacitismo e centraliza uma suposta incapacidade nos corpos das pessoas com deficiência."

Vitória Bernardes ressalta também a importância de se pensar no conceito da deficiência como uma construção social imposta a partir de corpos com determinadas funcionalidades. "É importante reconhecer que pessoas com deficiência nem sempre vão chegar a essa autonomia capitalista imposta mesmo com eliminação das barreiras. Mesmo precisando de cuidados, isso não pode fazer com que seus direitos, enquanto cidadãs e cidadãos, sejam questionados."

A adoção do modelo de avaliação biopsicossocial nas políticas públicas sofreu alguns retrocessos nos últimos anos. "Das mais de 30 políticas públicas cujo foco são pessoas com deficiência, somente duas delas (Benefício de Prestação Continuada -BPC e a aposentadoria) avaliam por meio de um modelo biopsicossocial", destaca Vitória. Buscando a construção de um instrumento único de avaliação, chegou-se ao Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado – IFBRM, já aprovado pela Universidade de Brasília e validado pelo Conselho Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade). Porém, conforme relata Vitória, o Governo Federal vem tentando limitar e até mesmo impedir a participação de pessoas com deficiência nessa construção. "Não sabemos que tipo de instrumento está pra ser regulamentado devido a esse processo de afastamento da participação social. Não podemos entender

deficiência apenas tendo como base um diagnóstico de CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde). Porém, as políticas públicas, ainda em sua maioria, são acessadas pela apresentação desse CID, reforçando, assim, um modelo biomédico da deficiência. Além disso, com essa falta de padronização nas avaliações, também temos uma dificuldade de entender quem são as pessoas com deficiência no nosso país, quais suas necessidades para se desenvolverem, para estarem em igualdade de oportunidade".

Na opinião de Vitória, a avaliação biopsicossocial colabora para políticas de acesso universal, independentemente de serem destinadas diretamente a pessoas com deficiência. "O modelo social traz a integralidade do sujeito das pessoas com deficiência, mas, para isso, também é fundamental se ter acesso à Saúde e à Educação de forma mais equânime".



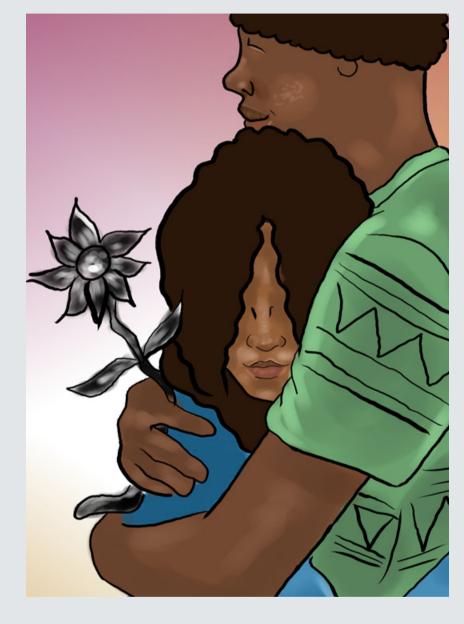
Leandro Peratz Gomes, estudante de Psicologia na UFRGS e morador da comunidade do Morro da Cruz, na zona leste de Porto Alegre, relata a falta de ações e investimento voltados a pessoas com deficiência nos últimos anos.

"O Brasil, nos últimos quatro anos, não está cumprindo o que o modelo social da deficiência determina. Nós, pessoas com deficiência/s, não temos que nos moldar/adaptar ao ambiente e, sim, a sociedade que tem que se moldar para estarmos incluídos nela. Afinal, as barreiras que enfrentamos são sociais, ou seja, impostas pela sociedade". Apesar disso, ele cita avanços no campo digital e no mundo acadêmico: "Influenciadores e influenciadoras digitais com deficiência levando informações acerca da temática da deficiência (o que é capacitismo, o que é modelo social da deficiência etc), o que é positivo. Além disso, a chegada de estudantes com

deficiência a partir da política pública de cotas (aprovada antes de 2018) tem mudado as universidades. As pessoas com deficiência estão produzindo conhecimento nessa área, sou um exemplo disso".

Para Leandro, a acessibilidade nem sempre é a única dificuldade das pessoas com deficiência e não devemos considerar somente esse aspecto ao falarmos em inclusão e sociedade justa. "As pessoas com deficiência/s têm muita dificuldade, também, no âmbito das relações. E creio que essa é a maior barreira imposta para/em nós, pessoas com deficiência/s. Entendo que levar a informação é uma maneira importante para se quebrar essa barreira. E as pessoas com deficiência/s terem mais espaços para ocuparem, serem escutadas, olhadas, percebidas e compreendidas. A partir disso, a conscientização da sociedade virá. Além disso, as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência/s também são fundamentais para garantir nossos direitos, que não são privilégios e, sim, nossos direitos."

Com relação ao envolvimento da Psicologia nos debates sobre deficiência, Vitória vê importantes avanços. "A consulta pública que está sendo feita pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Sistema Conselhos de Psicologia, para entender melhor a atuação das psicólogas relacionadas



a atendimentos de pessoas com deficiência, a inclusão de pessoas com deficiência nas gestões dos Conselhos Federal e Regionais são algumas conquistas importantes. Estamos aos poucos ganhando um espaço necessário também para construir e fazer nossa profissão."

#### Saiba mais

Ouça o CRPcast, podcast do CRPRS. O episódio 3 apresenta o conceito de capacitismo no quadro "Psi, o quê?" e o episódio 21 debate a Avaliação Biopsicossocial da Deficiência na "Roda de conversa".

Os links estão disponíveis em crprs.org.br/crpcast.

# Rol da ANS e a Psicologia: o que está em jogo?

que aconteceria se as pessoas perdessem seus tratamentos ou nunca pudessem acessá-los? Em termos humanos é o que o rol taxativo da Agência Nacional de Saúde (ANS) impõe: sacrificar vidas para manter o lucro de instituições privadas, sem considerar em que condições pacientes sobreviveriam e quais impactos logísticos e financeiros traria à saúde pública e à assistência social

Em 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), entendeu o rol da ANS como taxativo, baseado na Lei 14.307/2022. A partir disso, planos de saúde ficaram obrigados a dar cobertura apenas aos procedimentos explícitos no rol. O impacto foi imediato: planos começaram a negar coberturas antes disponíveis e nas instâncias judiciais inferiores avolumaram-se decisões negando tratamentos ou suspendendo liminares já concedidas, afetando diretamente pacientes e famílias, especialmente com doenças raras, graves e deficiências, que passaram a conviver com o medo e a desassistência.

É importante ressaltar que o rol de procedimento e eventos da ANS sempre havia sido entendido como exemplificativo. Ou seja, listava o mínimo que os planos teriam que cobrir para cerca de 50 milhões de segurados, mas permitia solicitar tratamentos fora da lista, judicialmente se necessário, respeitando condições singulares de adoecimento ou defasagens de atualizações, garantindo que as pessoas não ficariam sem tratamentos ou submetidas a procedimentos ultrapassados e menos eficazes. Por isso, a sociedade civil mobiliza-se há meses para que o rol se mantenha exemplificativo, lutando apenas para evitar o retrocesso.

Os planos de saúde surgiram no contexto da Saúde Suplementar para abarcar a demanda que a Saúde Pública não consegue atender. Se a Saúde Suplementar limita seus procedimentos de forma taxativa, quem precisa da assistência fora desse rol é forçosamente remetido de volta ao SUS, já sobrecarregado, com poucas condições que atender a todos. Então, a decisão sobre a taxatividade do rol da ANS não atinge apenas quem têm plano de saúde; numa reação em cadeia, afeta todos que demandam assistência em saúde, comprometendo a qualidade e a oferta também dos serviços públicos.

Diante da decisão do STJ, que nitidamente favorece o lucro dos planos, a sociedade civil organizada e diversas entidades mobilizaram-se para acionar o Congresso. Esse árduo esforço coletivo resultou na construção e aprovação da Lei nº 14.454, de 09/2022, que restitui o caráter exemplificativo ao rol da ANS. A lei possibilita coberturas não previstas no rol, desde que preenchidas condições específicas, não havendo, portanto, liberação automática e indiscriminada de procedimentos que ameace a atuação das operadoras. A lei mantém a esperança de que a vida, os direitos e a dignidade de todos podem ter prioridade sobre interesses econômicos e do mercado. Mas não encerra o assunto! No Supremo Tribunal Federal ainda estão em julgamento ações que podem criar jurisprudências que retrocedem à taxatividade.

Essas lutas que preservam o rol exemplificativo, assegurando direitos fundamentais, foram impulsionadas especialmente por pacientes/mães/mulheres/cuidadoras, pessoas comuns que exercem o controle social legítimo diante de políticas públicas, de forma democrática e legal. Evidenciam que a participação da sociedade civil faz diferença no mundo que a Psicologia defende, em que os direitos humanos e a democracia não são postos de lado, trazendo para o debate temas contemporâneos: direitos fundamentais,



capacitismo, discriminação, dignidade, exclusão e invisibilidade social de vulneráveis.

Em paralelo, a ANS anunciou cobertura sem limites de quantitativo para sessões de psicoterapia. Se por um lado isso contempla demanda muito esperada, por outro, nos convoca a estarmos vigilantes e engajadas nas repercussões operacionais dessa mudança. Especialmente no que diz respeito às especificidades de procedimentos técnicos, à precarização da qualidade dos serviços e das condições de trabalho da psicóloga.

A Psicologia que se pauta pela ciência, ética e humanização tem muito a contribuir nessas questões que envolvem vidas humanas e o direito ao cuidado, se conseguir posicionar-se publicamente nesses debates, honrando sua trajetória de compromisso com a dignidade e o cuidado genuíno, que nos orgulha e fortalece como categoria.

Marina Davoglio Tolotti | Psicóloga CRP 07/22880 Tárcia Rita Davoglio | Psicóloga CRP 07/15223

# Nova gestão do CRPRS é marcada pela diversidade

Em setembro de 2022, a Frente em Defesa da Psicologia RS assumiu a gestão do CRPRS pelos próximos três anos. Constituída como um coletivo marcado pela diversidade, a nova composição que está à frente do Conselho conta com psicólogas, psicólogos e psicóloques de distintas regiões do estado, de diferentes idades, origens e cores, com formações e trajetórias profissionais plurais e com atuações nos mais diversos campos, unidos para trabalhar pela profissão no Rio Grande do Sul.

Nesta edição da EntreLinhas, convidamos a conselheira presidenta, Fabiane Konowaluk Santos Machado, a conselheira vice-presidenta, Miriam Cristiane Alves, a conselheira tesoureira, Maria Luiza Diello, e a conselheira secretária, Eliana Sardi Bortolon, atual diretoria do CRPRS, a apresentar esse grupo.

#### Qual a principal marca dessa nova gestão?

Entendemos que a nossa gestão é de continuidade e de ampliação de campos de luta e afirmação. A marca da Frente em Defesa da Psicologia RS é a defesa intransigente dos Direitos Humanos, atrelada à defesa da Democracia e do Estado Laico. O que nos marca, enquanto coletivo, é a defesa de uma sociedade para todas as pessoas a partir de suas singularidades, principalmente pelo contexto político atual, do Estado brasileiro. A composição de um novo coletivo, com o mesmo compromisso, feito de todas ou muitas Psicologias, para que estivéssemos na titularidade, com a responsabilidade de pensar o Conselho com pessoas LGBTQIA+, negras, com deficiência, indígenas, de fato potente e apropriado também na construção do coletivo.

#### Como foi construída uma chapa tão diversa, tão plural?

A composição da chapa está vinculada ao resultado de uma luta junto ao Sistema Conselhos, que busca garantir campos de presença e participação no pleito, de pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas e com deficiência. Considerando a quantidade de psis cotistas formadas no último período, que é muito maior do que a alguns anos atrás, ainda há um déficit de psicólogas indígenas formadas e com aqueles critérios que o pleito exige, de dois anos de inscrição, ativas no Conselho, dentre outros aspectos. Ao longo do processo de composição desse coletivo apareceram muitas psicólogas indígenas e isso foi lindo de ver! Não cumprimos somente o mínimo exigido, fomos além. Isso aumenta a nossa responsabilidade em dar conta de organizar o coletivo e levar essa pauta para dentro do Sistema.

O processo de composição da chapa também nos possibilitou outros diálogos com as psicólogas indígenas e as psicólogas com deficiência também. Quando vamos construindo as representações no CRPRS, notamos uma extensão dessa chapa, que não é formada apenas pelas 30 conselheiras eleitas hoje, mas também por outras psis com deficiência, indígenas, negras e LGBTQIA+, que estão começando a ocupar e compor espaços de representação do Conselho, para falar por nós em outros lugares. A possibilidade de encontrar uma

diversidade maior na composição do Sistema Conselhos da Psicologia, vem dessa luta por uma sociedade mais plural, e esse grupo está comprometido com isso, de ter uma formação em Psicologia que seja cada vez mais diversa, e entendemos que o Sistema Conselhos precisa pensar muito mais sobre isso.

#### Como vocês avaliam a importância dessa diversidade no atual cenário político nacional?

Anos atrás tínhamos um outro perfil do Sistema Conselhos, que era constituído como hegemônico e, majoritariamente branco, representando apenas uma parcela da sociedade. E hoje, termos um Sistema que represente a diversidade da sociedade, em nosso entendimento, é romper com o que foi estabelecido no passado, e fortalecer o compromisso do Sistema Conselhos em trazer à baila as pautas que são constitutivas das nossas relações sociais, para que a Psicologia seja pensada e transformada a partir disso. Isso é fundamental.

Olhando para o cenário nacional, isso se torna ainda mais importante, porque hoje vivemos uma disputa de modelos de sociedade; de um lado, a lógica colonizadora, branca e hegemônica, pautada pelo moralismo religioso conservador, e de outro, a lógica que busca considerar legítima toda forma de existência. As pessoas têm o direito de quererem ser quem elas quiserem ser, e a Psicologia precisa ser laica, precisa olhar para todas as pessoas e escutar todas as vozes. Um grupo como o nosso, mostra os lugares que ocupamos, nessa disputa de modelos de sociedade.

Essa é a primeira eleição que tem cotas, e esse exercício democrático foi uma proposta da Frente em Defesa da Psicologia para o Sistema Conselhos, para que pudéssemos pensar sobre qual é e onde está a Psicologia queremos, com o desafio de podermos inventar a psicologia de que precisamos. Nós transformamos isso em prática e não mantivemos apenas uma proposta ideal; estamos na representação da nominata, estamos apresentando para a sociedade, psicólogas, psicólogos e psicólogues que representam a diversidade da composição da sociedade brasileira. É o que vimos sustentando há tanto tempo em nossa fala, de que a Psicologia tem esse compromisso com a

história do Brasil, com a construção, com a consolidação da democracia e com a vida. E agora mais um passo foi dado, que foi garantir isso nas nominatas de todos os CRS e, independentemente da vontade individual das pessoas que foram compor as chapas, nós temos aí, representantes dessa diversidade cultural brasileira.

Agora conseguiremos ter encontros nacionais de todos os CRs com psicólogas indígenas, negras, LGBTQIA+, com deficiência, que possam expor suas vivências, sentimentos e pensamentos, a partir dos seus lugares de fala, ou seja, cada um falando de fato por si, pela comunidade na qual está inserida, enquanto a atuação das pessoas brancas cisgênero e sem deficiência, será de escuta e atenção.

#### O que a categoria pode esperar para os próximos anos e como as propostas vão aparecer na prática do Conselho?

O primeiro ponto é a questão de que a composição do Conselho vem garantindo a diversidade e a multiplicidade e é importante sublinhar isso que não é meramente representativa, mas sim, uma participação qualificada.

Uma outra linha forte que vem desde a gestão anterior, é a de pensar dentro dos processos de descentralização, por exemplo, como podemos nos mobilizar na prática, operando no diálogo, na conversação com esses diferentes grupos. Queremos estar nas diferentes regiões onde temos Polos e Subsedes, na Região Norte do Estado por exemplo, é onde tem mais povos indígenas. Então como podemos operar e dialogar diretamente com essa população indígena? Enfim, queremos mobilizar essa diversidade, pensando a Psicologia para além do modelo representativo, para compormos um modo mais amplamente participativo.

Pensando numa descentralização para além do campo geográfico, nossa perspectiva é a descentralização conceitual, política, estética e ética, o deslocamento desses lugares clássicos a que estamos habituados a olhar e tecer as nossas andanças; a saída desse lugar se dá, principalmente, produzindo essa ideia de descentralização a partir da composição do mundo e de novos marcadores para pensar e entender a vida e

os modos de vida; marcadores esses, vindos de todos os campos que compõem nossa gestão e não apenas, do pensamento ocidental branco historicamente dominante.

Um dos nossos objetivos, também é retomar a relação com estudantes de Psicologia; queremos compor com elas, a conversação e os diferentes espaços em que estamos, enquanto CRPRS. Queremos compor relações potentes com as estudantes, pois por um tempo, acabaram se afastando do nosso Conselho. Queremos retomar com muita força, o investimento no campo da Formação como um processo de composição ética, estética e política. Quanto mais cedo essas estudantes se aproximarem do Sistema Conselhos, teremos mais psicólogas comprometidas com a continuidade dos ideais que sustentam nossas andanças.

Em 2022 a Psicologia completou 60 anos de regulamentação enquanto profissão no Brasil. Qual a perspectiva da Frente sobre os rumos da Psicologia para o futuro?

Na verdade, esperamos que o futuro da profissão seja o que está em curso, que é uma Psicologia cada vez mais comprometida com Direitos Humanos, mais diversa e plural, construindo as políticas públicas e compondo com a vida de todas as gentes, em seus mais diversos modos de existir.

As Formações ensinam uma Psicologia diferente daquele ideal que imaginamos e fazemos, apresentando uma ideia da psicóloga que trabalha fechada num consultório, realizando atendimento de um sofrimento individual. Hoje nós nos posicionamos como ciência e profissão, de um outro lugar e ficamos felizes por isso aparecer em avaliações nacionais e nos concursos públicos. Temos

O episódio 27 do CRPcast apresenta a diversidade da nova gestão em Roda de Conversa com a participação da conselheira Priscila Góre Emílio e dos conselheiros Rafael Antônio Carneiro e Jean Von Hohendorff. Ouça nas principais plataformas de áudio (Spotify e Deezer) ou no Canal do CRPRS no YouTube.





uma expectativa em relação ao futuro da Psicologia, de que dê conta desse lugar que está sendo construído dentro das escolas, das políticas de saúde, de assistência social e, mais recentemente, de educação, e que rompa com esse modelo individualizante. Temos esperança que isso se consolide e que nos próximos 60 anos, possamos desenvolver o que nós resistimos durante os 60 anos passados.

Quando fomos autorizadas a virar uma profissão no Brasil, tínhamos um compromisso de ser uma profissão normatizadora e normalizadora, classificatória e patologizante, e foi o trabalho das psicólogas, que foi rompendo com isso e abrindo mão dessa perspectiva. E com essa luta toda, consolidamos um outro rumo para a Psicologia, o que é um grande compromisso das gestões dos CRs e do CFP também.

Dentro dessa perspectiva inicial da profissão, de ser ajustadora de condutas e de subjetividades, reconhecemos o quanto a abertura para a democracia, produzida na sociedade nas últimas três décadas, nos deu a possibilidade de trabalharmos outras possibilidades. Então, o processo vem desde o início da constituição da Psicologia no Brasil; passando, recentemente, pela pandemia e também pela emergência do fascismo no cenário político e social brasileiro, e isso coloca a nossa profissão num campo totalmente diverso do que conhecíamos.

Isso nos desloca da posição de quem ajusta modos de subjetivação, e passa a acompanhar processos de produção de subjetividades; desloca, também, dos settings conhecidos, provocando a pensar outros modos de operar a Psicologia – como na pandemia, que trouxe questões marcantes, como o atendimento remoto, que outrora era um campo complicado de entrar e de repente, se torna uma ferramenta importante e até fundamental, para o nosso trabalho.

Quando olhamos para a formação, dependendo dos lugares, ainda há resquícios da Psicologia do início da sua constituição, enquanto profissão. Mas ao mesmo tempo, temos essa juventude que leva para dentro das universidades os debates que fazemos aqui, que renovam a própria formação e consequentemente a Psicologia. É essa a Psicologia que queremos: sempre à frente do seu tempo!

# (In)Consciência Negra na Psicoterapia: precisamos falar sobre microagressões raciais

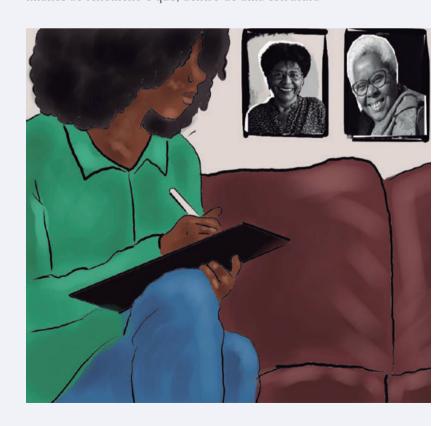
racismo impacta negativamente a saúde mental de grupos, estigmatizados, marginalizados e sub-representados – como a população negra no Brasil. Hoje em dia, já temos uma compreensão bastante robusta do racismo estrutural (a naturalização e normalização do racismo, criando iniquidades e injustiças) e do racismo institucional (os privilégios e desvantagens vividos dentro das instituições sociais – como a religião, a família, a economia, a política, a educação – a depender de qual grupo racial se pertença).

Também é evidente que há impactos do racismo interpessoal, explícito e deliberado, como uma perversidade decorrente dos preconceitos. Já se sabe, portanto, que o racismo adoece e que esse adoecer mascara o próprio racismo - proporcionando e, ao mesmo tempo, assegurando a manutenção do domínio que a própria violência racial sujeita os seus destinatários (Bicudo, 2010).

Como uma condição de adoecimento mental, o racismo (e suas consequências) é um fenômeno que não pode ser ignorado pela Psicologia e, no entanto, a pesquisa sobre o tema nas práticas psicoterapêuticas é incipiente. Ainda pouco se sabe como o racismo afeta o psiquismo dos sujeitos envolvidos (vítimas, perpetuadoras e vítimas-perpetuadoras), quais são as especificidades do fenômeno na pessoa considerando outras interseccionalidades como gênero e classe, de que forma a violência ocorre etc.

Nesse sentido, procurei me debruçar sobre o estudo do impacto das agressões racistas sutis, e

muitas vezes inconscientes, que recaem sobre as pessoas negras nas interações cotidianas - as chamadas microagressões raciais (Sue et al., 2007), explorando esse fenômeno dentro das relações psicoterapêuticas. Pouco se sabe sobre como as microagressões raciais influenciam a díade cliente-psicoterapeuta, bem como a relação terapêutica. Ao considerar-se que o racismo é um fenômeno presente em todos os espaços e atravessando as mais diversas relações, é de se presumir que as práticas clínicas não estejam imunes ao fenômeno e que, dentro de uma estrutura



social racializada, possam ocorrer práticas racistas inclusive em espaços que se propõe a promover cuidado em saúde mental acolhimento ao sofrimento psíquico. Aliás, infelizmente, é recorrente o relato de pessoas negras sobre sofrerem agressões racistas sutis, quer as deliberadas, explícitas ou conscientes, quer as involuntárias, implícitas ou inconscientes, perpetuadas por psicólogas e psicólogos no contexto da psicoterapia. Inclusive eu, enquanto paciente, já passei por experiências nesse sentido.

Assim, minha tese de doutorado, orientada pelas Dra. Denise Falcke e Dra. Fernanda Barcellos Serralta, tem como objetivo explorar o fenômeno das microagressões raciais contra pessoas negras na prática psicoterapêutica no Brasil. Este objetivo foi desdobrado em dois estudos empíricos e um ensaio teórico. O primeiro estudo visou compreender a experiência de pessoas negras em sofrer microagressões raciais na prática psicoterapêutica e interpretar os significados atribuídos a essa vivência. Já o segundo (em fase de análise quantitativa de dados) tem buscado investigar as atitudes de psicoterapeutas diante de situações de sofrimento decorrentes das experiências de racismo

narrados por pacientes em psicoterapia, numa situação quase-experimental que expõe psicoterapeutas a respostas neutras/assertivas, racistas explícitas e racistas microagressivas. Como uma das grandes questões trazidas como dificuldade no manejo clínico do sofrimento de experiências de racismo é a ausência de referenciais que explorem práticas, os dois estudos serão integrados em ensaio teórico que buscará refletir sobre a atuação profissional multiculturalmente orientada e as habilidades especiais/específicas para exercer a psicoterapia com pessoas negras (Hook et al., 2013) enfatizando que raça, etnia e cultura influenciam como as pessoas pensam, comportam-se e definem eventos, bem como afetam o modo com que as pessoas ou grupos definem uma relação de cuidado ou ajuda.

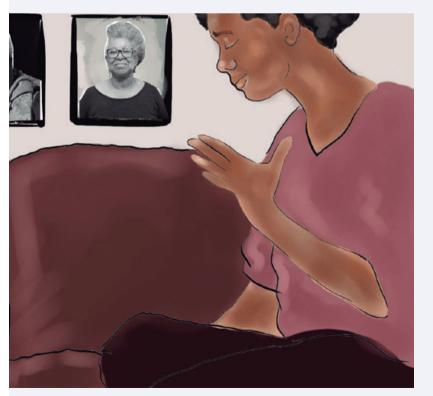
A intenção desta tese é, portanto, nortear a Psicologia como ciência e profissão rumo a uma construção subjetiva e social plural, diversa, inclusiva e emancipatória das subjetividades, refinando a prática das e dos psicoterapeutas diante das pessoas negras que, invariavelmente, em algum momento vão trazer (de formal verbalizada ou não) aos consultórios as dores e sofrimentos das suas experiências de racismo.



Bicudo, Virgínia L. (2010) Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Edição organizada por Maio, Marcos C. São Paulo, Sociologia e Política.

Hook, J. N., Davis, D. E., Owen, J., Worthington, E. L., Jr., & Utsey, S. O. (2013). Cultural humility: Measuring openness to culturally diverse clients. Journal of Counseling Psychology, 60(3), 353–366. https://doi.org/10.1037/a0032595

Sue, D. W., Capodilupo, C. M., Torino, G. C., Bucceri, J. M., Holder, A. M. B., Nadal, K. L., & Esquilin, M. (2007). Racial microaggressions in everyday life: Implications for clinical practice. American Psychologist, 62(4), 271–286. https://doi.org/10.1037/0003-066X.62.4.271



#### Thaise Mendes Farias

Psicóloga clínica (CRP 07/28216), bacharel em Direito (UFPel) e Psicologia (UCPel), especialista em Psicologia e Sexualidade (UNIARA), mestra em Ciência Política (UFPel), doutoranda em Psicologia Clínica (UNISINOS). Conselheira do CRPRS e coordenadora da Comissão Gestora da Subsede Sul do CRPRS.

# O Parque das Irmãs Magníficas

O Parque das Irmãs Magníficas é um romance escrito por Camila Sosa Villada, nascida em 1982 na Argentina em uma cidadezinha chamada La Falda. A autora é formada em Comunicação Social e Teatro pela Universidade Nacional de Córdoba. É conhecida por seu trabalho como atriz tanto no teatro, TV e cinema e em meio a esses espaços forjou seu lugar também como escritora. Possui romances, ensaios e um livro de poemas já lançados e alguns traduzidos em diferentes línguas vista o sucesso que eles fizeram.

Em O Parque das Irmãs Magníficas, escrita em que Camila corporifica sua vivência enquanto mulher travesti, a autora ficcionaliza então passagens do seu tempo quando chega a Córdoba para cursar o ensino superior. Camila conta que ainda criança conheceu pela TV Cris Miró, primeira vedete travesti, que fez muito sucesso na Argentina, tendo também trabalhos como bailarina e atriz. A própria Camila diz o quanto que era aquilo tudo que gostaria de ser e ter.

Assim como Camila, seu livro é complexo, traz todos os sabores da experiência da vida de uma travesti no final dos anos 90, além de cenas de sua infância e juventude. Primordialmente é entendido como romance, porém possui elementos fantasiosos e mágicos. Artifícios esses, que a autora utiliza para potencializar os afetos e emoções experienciados por ela, e que disparam em seus leitores múltiplas sensações, sem fazer com que duvidemos da



realidade das cenas construídas. Nele encontramos momentos de ternura, alegria e acolhimento oferecidos pela irmandade de outros corpos dissidentes de gênero e ao mesmo tempo a violência brutal e mortífera presente na vida dessa população que não se curva a cisheterenormatividade. É por esses elementos que O Parque das Irmãs Magníficas recebe o influente e respeitado prêmio Sor Juana Inés de la Cruz, pela Feira Internacional do Livro de Guadalajara.

Camila sabe que é uma exceção em uma sociedade que ainda não aceita corpos trans e travesti, tanto que a mesma conta que uma das frases que marcou sua existência foi quando seu pai disse que ainda bateriam na porta dele dizendo que encontraram o corpo dela em uma vala. Mas é por sua narrativa que ela nos demonstra a potência de vida e as resistências a tudo que é imposto a corpos que apenas querem existir como eles realmente sonham em ser.

Luís Henrique da Silva Souza

Psicólogo (CRP 07/31246), conselheiro do CRPRS

## Gauchismo Líquido

"As ideias são rios e as palavras são mapas. Juntas: rotas de desvio. A inconstância dos estados d'água. Os corpos vazantes. A náusea do navegar, na cultura, o mal-estar."

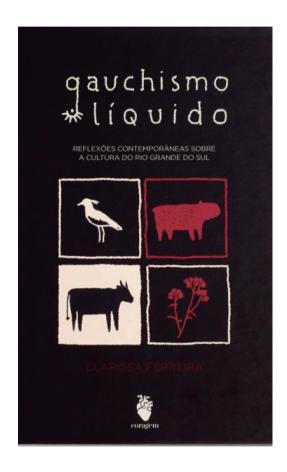
Assim, somos recebidas por Clarissa Ferreira, logo no início do livro Gauchismo Líquido, obra lindamente produzida, que contém alguns textos publicados no blog de mesmo nome iniciado em 2014, outros no Jornal Sul21, textos inéditos, poesias e músicas. Porém, não é apenas do livro que venho contar. Relacionados a seu estudo sobre a "cultura gaúcha", também ganhamos um espetáculo - Líricas Sulinas - apresentado no Theatro São Pedro em Maio deste ano, um podcast no estilo programa de rádio, com entrevistas, músicas, comentários culturais e informação histórica, um canal no youtube, e um disco: La Vaca.

A autora, doutora em Etnomusicologia, violinista, pesquisadora e compositora do Rio Grande do Sul aborda com coragem e audácia os regionalismos do estado, a forma como as mulheres são representadas nas letras das músicas gauchescas tradicionais, a LGBTfobia, o machismo, a invisibilização e o silenciamento das pessoas negras e indígenas na construção dessa cultura.

Clarissa canta um Rio Grande diferente do som tantas vezes orgulhoso, estagnado, cheio de cãibras de tradições. Ela toca um estado, e não de maneira doce e sutil, que vê o pampa e espécies nativas diminuírem e taxas de feminicídio aumentarem. Questiona o papel político de quem compõe, fala da importância de repensar a letra do hino rio-grandense, a significância das práticas vistas como desviantes, invoca bell hooks quando nos lembra de que a teoria pode ser um lugar de cura e encontra, nas mãos ocupadas pelo segurar da cuia de chimarrão, um tempo para contemplar, sentir o mundo, o corpo em parada, lembrando com Krenak que "a vida não é útil".

#### Carolina Disegna

Psicóloga (CRP 07/17295 ) e Psicanalista



#### Onde encontrar

No Spotify:

Clarissa Ferreira e Gauchismo Líquido

Na Editora:

https://www.editoracoragem.com.br/

No YouTube:

Clarissa Ferreira Música

No Instagram:

@clarisssaferreira

# Exercício da psicoterapia por psicólogas tem nova Resolução

ublicada em junho de 2022, a **Resolução CFP nº** 013/2022 estabelece diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicólogas e atualiza a Resolução CFP nº 10 de 2000. No documento, são estabelecidos os princípios e deveres da psicóloga psicoterapeuta, as medidas para o sigilo profissional e o serviço psicoterapêutico ofertado à criança e ao adolescente, bem como os critérios para a utilização da abordagem psicoterapêutica e para organização do espaço.

A normativa apresenta uma revisão importante nos conceitos e procedimentos que envolvem o exercício profissional da psicoterapia, resgatando e redefinindo temáticas técnicas e éticas neste campo. A resolução avança sobre questões atuais, como a obrigação de utilizar somente procedimentos técnicos que tenham fundamentação científica e ética, seja na conceitualização sobre o desenvolvimento humano ou na explicação de seu sofrimento. Alerta ainda que a profissional deve possuir a formação adequada para oferecer determinada prática e considerar as diversidades humanas e realidades locais onde a atividade técnica acontece.

Reafirma a importância do estabelecimento de contrato, verbal ou escrito, com a pessoa ou responsável legal, assim como a obrigação quando de elaboração de documento técnico, que atenda à modalidade documental e considere a legislação vigente.

Assim o Art. 3º determina:

- "I estabelecer contrato, verbal ou escrito, com a pessoa atendida ou responsável legal, que evidencie:
- a) direitos e deveres das partes, inclusive no que se refere à possibilidade de interrupção do serviço a qualquer momento;
- b) condições, objetivos, honorários, frequência e tempo de sessão;

- c) impossibilidade de fazer previsões taxativas de resultados;
- d) modalidade de atendimento, observando a regulamentação específica; e
- e) informação de que os serviços psicoterapêuticos prestados devem ser registrados.
- II disponibilizar o Código de Ética Profissional do Psicólogo, por meio físico ou virtual.
- III elaborar documento psicológico, de modo a:
- a) atender ao padrão da modalidade documental adequada à demanda;
- **b)** manifestar-se ante às demandas, de acordo com o objetivo do serviço prestado;
- c) garantir a proteção e a dignidade da pessoa atendida, de acordo com as disposições do Código de Ética Profissional do Psicólogo e demais resoluções vigentes do Conselho Federal de Psicologia;
- d) fazer constar o propósito legítimo e específico do documento, com ressalvas à impossibilidade de uso incompatível com a sua finalidade;
- e) expressar dados técnicos fidedignos, cientificamente embasados e alicerçados nas normas cultas da língua portuguesa, de acordo com a finalidade da demanda;
- f) prestar as informações estritamente necessárias, preservando o sigilo e a confidencialidade; e
- g) seguir as disposições da Resolução CFP nº 6, de 29 de março de 2019, e correlatas."

Outro aspecto importante que a **Resolução nº 013/2022** destaca é sobre o tempo de sessão, que deve levar em consideração critérios técnicos e teóricos

referentes à abordagem psicoterapêutica empregada, mas jamais estar esse tempo vinculado a honorários, volume de atendimentos ou exigências institucionais que venham a ferir a qualidade do atendimento e os preceitos técnicos e éticos da abordagem.

Sobre as gravações das sessões de psicoterapia, a normativa informa:

"Art. 11. A gravação das sessões de psicoterapia, por áudio ou vídeo, deve ser consentida, em caráter livre, prévio, informado e por escrito, pela pessoa a ser atendida, e deve:

I – ser justificada pela finalidade ou pelo método de trabalho utilizado; e

II – garantir o sigilo, conforme normas que regem a prática da Psicologia.

§1º A gravação de atendimento de criança, adolescente ou interdito é condicionada ao consentimento dos responsáveis, livre, prévio, informado e por escrito, e à subsequente anuência da pessoa a ser atendida.

§2° É vedado o uso dos registros de áudio e imagem das pessoas atendidas em caráter alheio às finalidades e ao método previamente estabelecidos.

§3° A gravação de sessões compõe o registro documental, nos termos da Resolução CFP  $\rm n^{o}$  1, de 30 de março de 2009."

Ao orientar sobre o serviço psicológico psicoterapêutico prestado à criança e ao adolescente, a Resolução destaca cuidados e obrigações específicos, como a exigência de autorização de acompanhamento psicoterápico a ser preenchida e firmada por pelo menos uma pessoa responsável legal.

"Art. 12. Ao prestar serviços de psicoterapia à criança e ao adolescente, a psicóloga e o psicólogo devem:

I - ter autorização, por escrito de, ao menos, um responsável legalmente constituído, antes do início do acompanhamento psicoterapêutico;

II - primar pela proteção integral e melhor interesse da criança e do adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente; e

III - propor a participação dos responsáveis no acompanhamento do processo psicoterapêutico da criança ou do adolescente e acioná-los sempre que se fizer necessário.

O Art. 13 impõe que a psicóloga e o psicólogo psicoterapeuta, ao ter informação relativa à violência ou suspeita de violência perpetrada contra a criança ou o adolescente, deverão preencher formulário de notificação obrigatória disponibilizado pelo Ministério da Saúde e encaminhá-lo ao Conselho Tutelar ou autoridade competente de sua região."

A Resolução ainda destaca o conceito de espaço psicoterapêutico, como "campo relacional que se estabelece durante o processo, incluindo o ambiente, as pessoas envolvidas e a relação suscitada". Referindo também a possibilidade de oferta de psicoterapia por meio das Tecnologias da Informação e da Comunicação – (TICs), desde que em observância às normativas vigentes sobre esta modalidade.

Lembramos que o presente artigo não substitui a leitura da referida Resolução, que recapitula apropriadamente conceitos e procedimentos da psicoterapia no fazer cotidiano das psicólogas.

#### Histórico

A necessidade de uma normativa para atualizar diretrizes no campo da psicoterapia foi destacada no  $10^{\circ}$  Congresso Nacional da Psicologia (CNP), em 2019. Ainda em 2019 foi criado no âmbito da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) um Grupo de Trabalho (GT) para debater o tema. Ao longo de 2020, o GT realizou uma série de reuniões para debater o texto e organizou uma consulta pública nacional, lançada em 2021. Em 2022, o GT intensificou o processo de elaboração da proposta, realizando inclusive um ciclo de audiências públicas com a participação de entidades da Psicologia. Em abril, durante a APAF, a Resolução foi aprovada.

#### Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

### Você conhece o CREPOP?





Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é uma ferramenta de caráter operacional que, desde 2006, atua no processo de identificar, apreender, formular e orientar as práticas profissionais da Psicologia desenvolvidas nos diferentes campos das Políticas Públicas. Sustenta-se no compromisso social da Psicologia, sendo um eixo ético, político e técnico central no âmbito da garantia dos Direitos Humanos. O CREPOP define como seus principais propósitos ampliar, de forma qualificada, a atuação das psicólogas na esfera pública e expandir a contribuição profissional da Psicologia para a sociedade brasileira. Neste sentido, realiza a sistematização dos conhecimentos e práticas psicológicas aplicadas às Políticas Públicas, atuando no registro das competências da profissão e identificando novos campos de inserção da Psicologia. Compreendendo que as Políticas Públicas estão em constante transformação, as práticas psicológicas também devem ser problematizadas e atualizadas, visando produzir cuidados aos sujeitos em sua multiplicidade. Tendo em vista as limitações presentes na atuação das/os profissionais nas Políticas Públicas, o CREPOP constrói e disponibiliza Referências Técnicas para o exercício profissional.

Na emergência de produzir orientação profissional qualificada, com uma proposta ético-política alinhada às problematizações contemporâneas e com as Políticas Públicas de atenção às pessoas com deficiência, atualmente, está em curso o processo de investigação da "Atuação das psicólogas nas políticas públicas de atenção às pessoas com deficiência". A indicação do tema surgiu em 2019, durante o 10º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e está presente em diversas outras deliberações, que abordam a defesa dos direitos humanos, a participação nos espaços do Sistema Conselhos de Psicologia e de Controle Social.

Assim, diante desse incentivo e da crescente participação da Psicologia nas ações para com essa população, a presente pesquisa pretende compreender a execução dos serviços da rede pública e a atuação dos profissionais da Psicologia, nos âmbitos regionais, investigando os desdobramentos e os desafios da prática através de um delineamento quantitativo e qualitativo, para posterior construção das Referências Técnicas pelo Conselho Federal. Os principais eixos da pesquisa são: Saúde, Assistência Social, Educação, Habilitação e Reabilitação, entre outros.

#### Agenda da Psicologia

#### Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar do HCPA

Início em 2023

Porto Alegre/RS

- fundmed.org.br/ensino
- **(51)** 3359-8507
- manton@hcpa.edu.br

#### Curso de aperfeiçoamento avaliação e tratamento do comportamento suicida

03/2023

Porto Alegre/RS

- cefipoa.com.br
- (51) 99420-7008
- ⋈ atendimento@cefipoa.com.br

#### Especialização em sexologia clínica

03/2023 a 11/2024 Porto Alegre/RS

- cefipoa.com.br
- (51) 99420-7008
- ⋈ atendimento@cefipoa.com.br

#### Curso de especialização equilíbrio alimentar com ênfase nas terapias comportamentais contextuais

03/2023 a 03/2024 Porto Alegre/RS

- cefipoa.com.br
- **(51)** 99420-7008
- ⋈ atendimento@cefipoa.com.br

#### Terapia sistêmica individual, conjugal e familiar aulas semanais

03/2023 a 03/2024

Porto Alegre/RS

- ⊕ cefipoa.com.br
- (51) 99420-7008
- ⋈ atendimento@cefipoa.com.br

#### Drogas de abuso e tratamento farmacológico da dependência

13/03/2023 até 01/05/2023

On-line

- uspdigital.usp.br/apolo
- (11) 96480-8557
- aizenst@icb.usp.br

#### Curso: Testes Psicológicos para Diagnóstico e Avaliação de Potencial

14/03 a 23/05/2023 - módulo 1 ao 6 das 19h às 22h (60h/aula)

Porto Alegre/RS

- mucleomedicopsicologico.com.br
- **(51)** 99964-4919
- □ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

#### Curso: Avaliação Psicológica no Trânsito

21 e 22/03/23 terça e quarta-feira das 8h30 às 11h Porto Alegre/RS

- mucleomedicopsicologico.com.br
- (51) 99964-4919
- □ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

#### Congresso da ULAPSI

De 13 a 15 de abril/2023

Montevidéu/Uruguai

Tema: Os caminhos de encontra da Psicologia da América Latina

- ulapsi.org
- □ ulapsi@ulapsi.org

# Com você ando melhor: Psicologia e mulheres no enfrentamento à violência

Em uma iniciativa da
Comissão de Direitos
Humanos, o CRPRS lança a
coletânea "Com você ando
melhor: Psicologia e mulheres
no enfrentamento à violência".



Na publicação – organizada a partir de uma chamada pública para a submissão de textos por psicólogas e estudantes de Psicologia – buscamos celebrar a caminhada da categoria junto às mulheres, priorizando a análise das desigualdades de gênero interseccionalizadas com outros marcadores sociais como raça e etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, deficiências, geração e territorialidade. A ideia é apresentar diferentes práticas da Psicologia que se ocupam dos desafios relacionados à desigualdade e à violência contra as mulheres, que se manifestam de diversas formas na vida e atingem de maneiras diferenciadas as múltiplas mulheres de acordo com as interseccionalidades que as constituem.

No primeiro capítulo, a compreensão das raízes compartilhadas entre o patriarcado, o capitalismo global, o racismo e o colonialismo é apresentada como o início do trajeto de leitura. Já a segunda seção dá testemunho da inexorável relação entre a escuta e a política, entre a singularidade e a estrutura. Por fim, a ênfase na transversalização do gênero, de forma interseccional, para que as políticas públicas se traduzam em ações de promoção e garantia dos direitos das mulheres.

Os textos demonstram que a Psicologia de hoje avança no questionamento das normas de gênero patriarcais e cisheteronormativas, das identidades e relações sociais, afetivas e sexuais hegemônicas; defende a autonomia das mulheres sobre seus corpos e o enfrentamento de diversas desigualdades sociais; desnaturaliza os saberes psicológicos a partir da crítica feminista às ciências androeurocêntricas, positivistas e colonialistas.

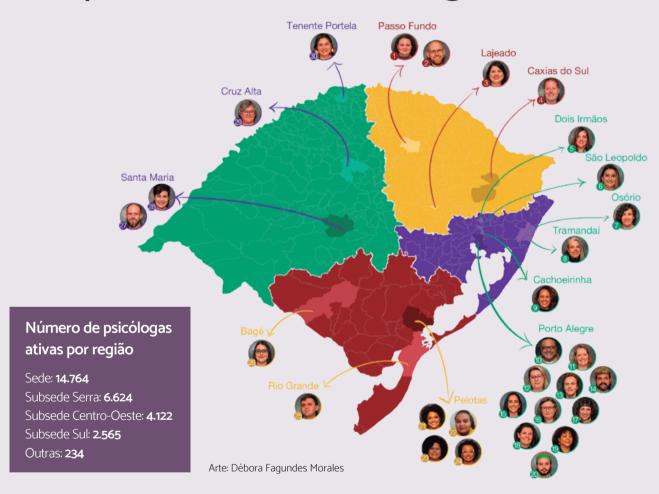
A luta pela equidade de gênero, para contemplar todas as mulheres, deve ser antimanicolonial, antirracista, anticapacitista, deve combater o binarismo de gênero e contemplar as sexualidades que atravessam a vida das mulheres, deve desconstruir sua branquitude e deixar-se atravessar pelas pautas indigenistas, pelo direito à moradia, à terra e ao território, pela relação com os saberes tradicionais.

A publicação no formato de e-book pode ser acessada em crprs.org.br/publicacoes.

Comissão de Direitos Humanos do CRPRS

#### Transparência

# Conselheiras/os Frente em Defesa da Psicologia RS



- 1. Eliana Sardi Bortolon
- 2. Jean Von Hohendorff
- 3. Ana Paula Coutinho
- 4. Luís Carlos Bolzan
- 5. Luciana Barcellos Fossi
- 6. Jéssica Gil Schossler
- 7. Lívia Caldieraro de Souza
- 8. Daniela Pereira da Costa de Menezes
- 9. Camila Dutra dos Santos
- 10. Ademiel de Sant'Anna Junior

- 11. Daiana Meregalli Schütz
- **12.** Fabiane Konowaluk Santos Machado
- 13. Leandro Inácio Walter
- 14. Luís Henrique da Silva Souza
- 15. Jéssica Prudente
- 16. Maria Marta Só Vargas de Oliveira
- 17. Marina Medeiros Pombo
- 18. Samantha Medeiros Ferreira
- 19. Silvia Edith Duarte Margues
- 20. Vincent Pereira Goulart

- 21. Ayanna de Campos Bueno
- 22. Camila de Freitas Moraes
- 23. Miriam Cristiane Alves
- 24. Thaise Mendes Farias
- 25. Rafael Antônio Carneiro
- 26. Mayra Medeiros Osorio
- 27. Diego Gonçalo Moraes Gomes
- 28. Silvana Maia Borges
- 29. Maria Luiza Diello
- 30. Priscila Góre Emilio



# TODAS AS NOVIDADES

direto na palma da sua mão!

O fala CRP traz as notícias mais importantes para manter você atualizada no seu exercício profissional.
Sejam novas resoluções, notas orientativas ou atividades promovidas pelo Conselho, tudo chega direto no seu WhatsApp.

Se você é psicóloga ou estudante de Psicologia, cadastre-se hoje mesmo!

É SÓ ACESSAR O SITE: CRPRS.ORG.BR/FALACRP

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia
do Rio Grande do Sul